

Especial

As cidades do século 21

ARTICULAÇÃO Lançado há um ano, o Programa Cidades Sustentáveis propõe uma parceria entre os três eixos da sociedade para transformar as cidades em ambientes mais justos, democráticos e sustentáveis

Ana Carolina Wolfe



ponhamos que comecemos fazendo a lista dos problemas do mundo de hoje que em princípio podem ser resolvidos pela moderna tecnologia. (...) Em princípio, temos a capacidade de organizar as sociedades do mundo atual para realizar planos bem desenvolvidos a fim de resolver os problemas da pobreza, saúde, educação, guerra, liberdade humana e o desenvolvimento de novos recursos. (...) Se o ser humano tem a capacidade de fazer todas essas coisas, por que não as faz? (...) A resposta é que não estamos organizados para fazê-lo.” Apesar de atual, o trecho acima foi escrito há 40 anos pelo filósofo e cientista Charles West Churchman, no livro “Introdução à Teoria dos Sistemas”.

A teoria desse norte-americano pode parecer complexa, mas quando vista à luz de ações concretas ela nos ajuda a compreender a realidade. Por exemplo, hoje metade da população mundial vive em cidades e, segundo estimativas da Organização das Nações Unidas, em 2050 este índice será de 70%. No Brasil, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 85% da população é urbana. São muitos os problemas decorrentes desta alta concentração, como o crescimento desordenado, um sistema de transporte deficiente ou que não atende às necessidades, falta de hospitais para toda a população, déficit no número de vagas nas escolas e creches etc.

Nesse panorama foi lançado há um ano o Programa Cidades Sustentáveis, que tem o objetivo de sensibilizar, mobilizar e oferecer ferramentas para as cidades brasileiras se desenvolverem de forma econômica, social e ambientalmente sustentável. A proposta nasceu após observação, pesquisa e levantamento de políticas públicas e experiências que deram bons resultados na Europa e na América Latina. E tem como

um dos idealizadores a Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis, articulação constituída em 2008 e que reúne organizações e movimentos da sociedade civil, com o objetivo de comprometer a sociedade e os sucessivos governos com comportamentos éticos e com o desenvolvimento justo e sustentável.

Vale dizer que a experiência brasileira integra a Rede Latino-americana por Cidades Justas, Democráticas e Sustentáveis presente em mais de 50 cidades da América Latina (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru e Uruguai).

Sustentabilidade urbana

O Programa Cidades Sustentáveis, hoje adotado pela Rede Brasileira, tem suas origens ligadas à Rede Nossa São Paulo, articulação que visa construir uma força política, social e econômica capaz de comprometer a sociedade e os governos com uma agenda e um conjunto de metas para melhorar a qualidade de vida dos habitantes da cidade. O percurso começou em 2007, quando foi aprovada, em São Paulo, uma emenda exigindo que os prefeitos apresentem um plano de metas quantitativas e qualitativas

para cada área da administração municipal. A princípio, começou-se a monitorar esse plano de metas que, atualmente, existe em outras 27 cidades brasileiras (ver gráfico da página 20). “Essa experiência foi dando à Rede Nossa São Paulo a compreensão de que é uma metodologia que funciona na medida em que objetiva esse diálogo entre governo e sociedade civil e que também é possível de ser comunicada”, destaca a gerente de programas da Fundação Avina, Glauca Barros.

Integração é uma das palavras de ordem do programa, pois a proposta é unir os movimentos, organizações e associações que já estão à frente de lutas por melhorias específicas no âmbito municipal em um único local. “Temos um país que carece muito de informação pública organizada e compreensível para a sociedade”, continua Glauca. O presidente do Observatório Social de Belém e um dos fundadores da rede Nossa Belém (PA), Ivan Costa, resume a ação do Programa em dois princípios básicos: agir local, pensando globalmente, e cooperar, em detrimento da supremacia e do embate. “É um debate complexo que procuramos sintetizar em princípios e conceitos que, quando aplicados no dia a dia, fazem uma grande diferença”, conta. ➔



Na prática

Efetivamente, o Programa Cidades Sustentáveis é constituído de três ferramentas. A primeira delas é uma agenda ou conjunto de diretrizes organizadas em 12 eixos que abordam a maioria dos aspectos da vida urbana, da qualidade de vida e das políticas públicas. Ela foi inspirada nos compromissos de Aalborg, na Dinamarca, um pacto político assinado por quase 650 municípios europeus. A segunda ferramenta são cem indicadores básicos que medem essas políticas públicas nas cidades. São indicadores desde educação e saúde até outros mais ligados a questões do desenvolvimento sustentável. Já a terceira ferramenta oferecida pelo programa é um banco de boas práticas, ou seja, políticas públicas que já deram bons resultados em diversas partes do mundo e no Brasil.

Através de reuniões e debates nos municípios os parlamentares são convidados a assinar uma carta compromisso, na qual se comprometem a fazer um diagnóstico de

como foi encontrada a cidade, baseados nos cem indicadores. A partir desse levantamento da situação da cidade é estabelecido um plano de metas para melhorar os indicadores e começar a aplicar propostas e projetos de desenvolvimento sustentável. Além disso, os prefeitos precisam fazer uma prestação de contas atualizando os indicadores. Na metade e no final do mandato, essa prestação de contas será pública, ou seja, será debatido com a sociedade a situação da gestão, seus erros e acertos. Outra forma de o cidadão monitorar a evolução da qualidade de vida é uma página na internet que cada prefeitura signatária do programa possuirá.

Engajamento social

Como ressaltou Churchman, o ser humano tem a capacidade de se organizar para resolver problemas sociais. E dentro do Programa Cidades Sustentáveis cada pessoa tem um papel decisivo no monitoramento da gestão pública. “O cidadão tem um papel importante,

senão fundamental, para fazer com que tanto o setor público quanto o setor privado comecem a mudar o paradigma de desenvolvimento e introduzam ações visando a sustentabilidade, mas, ao mesmo tempo, as aplique sobre si, criando uma outra cultura, que não seja a cultura do desperdício, mas da sustentabilidade”, destaca o coordenador da secretaria-executiva da Rede Nossa São Paulo, Maurício Broinizi Pereira.

E Ivan Costa completa: “Porque uma sociedade que não participa dessa discussão e onde não há coesão social, solidariedade e busca do bem comum, é uma sociedade fadada à extinção. A sociedade de hoje, que é uma sociedade honrada, competente e inteligente, se não for participativa e não pensar na própria continuidade, vai começar o seu declínio”.

Muitos desses espaços de participação da sociedade já existem e estão previstos na Constituição Federal, como os conselhos gestores de políticas públicas, um dos principais canais de presença popular nas três instâncias do governo, que tem cará-

Lei do plano de metas nas cidades

São Paulo foi a primeira cidade do Brasil a aprovar uma lei que exija dos prefeitos a apresentação de um programa de metas quantitativas e qualitativas para cada área da administração. Abaixo, um levantamento da Rede Nossa São Paulo com as cidades que já possuem a lei do plano de metas aprovada, até abril de 2012. Existem, ainda, outras cidades onde os projetos de lei estão em andamento.

São Paulo: Barra Bonita, Campinas, Cosmópolis, Fernandópolis,

Holambra, Ilhabela, Itapeva, Jaboticabal, Mauá, Mirassol, Penápolis, Ribeirão Bonito, São Carlos, São José do Rio Preto, São Paulo e Taubaté.

Rio de Janeiro: Niterói, Rio de Janeiro, Teresópolis.

Bahia: Euclides da Cunha, Eunápolis, Ilheus.

Goiás: Anápolis.

Minas Gerais: Belo Horizonte, Betim, Formiga, Ipatinga e Ouro Branco.



ter consultivo e deliberativo para formular e controlar a execução dessas políticas. Há ainda o orçamento participativo, que dá à população a possibilidade de decidir as prioridades de investimentos em obras e serviços a serem realizados a cada ano com os recursos do orçamento da prefeitura. “Uma das nossas colocações é fazer esses canais de participação funcionarem”, explicou Broinizi.

Entre as propostas apresentadas pela Rede Nossa São Paulo para aumentar e aprimorar a corresponsabilidade da população na gestão pública, está a convocação com sete dias de antecedência das audiências públicas de tomada de decisões sobre o orçamento, bem como a divulgação da sua realização, por parte das prefeituras, e a disponibilização pública do conteúdo a ser discutido nas câmaras municipais e nas secretarias.

Nesse sentido, toda participação da sociedade pode ser considerada uma contribuição para o desenvolvimento das cidades. “Porque é muito importante conscientizar os candidatos, mas é igualmente importante conscientizar os eleitores. Se as pessoas também não entenderem que precisam votar de forma mais sustentável a gente avança pouco nesse debate”, lembra Glaucia.

Agenda integrada

Entretanto, a participação popular deve ser integrada e capacitada para poder dialogar com os parlamentares. “Normalmente a sociedade pensa o Estado separado da sua ação, quando, na verdade, o Estado e o Governo são meios que a sociedade criou para se manter. Então os planos do Estado são os planos da sociedade”, ressalta Ivan Costa.

As políticas públicas já existentes, como o plano de habitação, de mobilidade e de resíduos sólidos, es-

Até junho de 2012 haviam assinado a Carta Compromisso

Os parlamentares signatários se comprometem a fazer um diagnóstico da cidade, estabelecer metas de melhoria do ambiente urbano e prestar contas à população, sempre baseados nos indicadores do Programa Cidades Sustentáveis.



tão contempladas no Programa Cidades Sustentáveis. Os municípios, levando a cabo essas políticas, já estão adotando, inclusive, medidas que são sugeridas pelo programa.

Mas a agenda integrada proposta pelo Programa não acontece somente entre população e governo. Existe um destaque também para um planejamento regional integrado, no qual uma cidade pode estabelecer consórcios com outras para fazer uma gestão conjunta. É o que acontece, por exemplo, com os Comitês das Bacias dos Rios, no Brasil, ou o orçamento ambiental introduzido em Heidelberg, na Alemanha, que inspirou outros setores da sociedade civil e empresarial.

A agenda integrada possibilitou também o avanço do debate sobre a obrigatoriedade de apresentação do Programa de Metas e Prioridades para os governos federal, estadual e municipal, tendo como base as propostas apresentadas durante a campanha eleitoral. Atualmente esse planejamento é autorizativo e não

impositivo. A Proposta de Emenda Constitucional 52/2011 está em tramitação, tendo sido apoiada, na sua apresentação, por 174 parlamentares de diferentes partidos.

Além disso, houve continuidade no diálogo com ministérios como o das Cidades, que possui os planos de mobilidade urbana e de resíduos sólidos, para maior integração com as prefeituras, não somente propondo, mas ajudando as administrações municipais a terem indicadores, sistemas de medição e planejamento. “Muitas vezes cidades menores precisam do auxílio do Governo Federal ou Estadual para melhorar os instrumentos de administração e gestão”, diz Broinizi.

Cidades como Abaetetuba, no interior do Pará, por exemplo, além de contar com um movimento ligado à rede por cidades justas e sustentáveis, em pouco tempo conseguiu apresentar a carta compromisso aos candidatos à prefeitura e obteve assinaturas para começar a articular a aprovação do Plano de Metas. ➔

Como ressaltou Churchman ao final da sua “lista de problemas”, eles estão tão interligados que se sobrepõem e a solução de um problema tem muito a ver com a solução de outro. “A introdução de discussões de metas e indicadores na política possui outros valores agregados, pois se ganha, além da participação, mais transparência”, diz Glauca Barros. “E essa prestação de contas não é só do município, mas de toda a sociedade, que ficará assegurada para as próximas gerações. Nós temos uma dívida com as gerações passadas e um compromisso com as gerações futuras”, finaliza Ivan Costa. ■

De olho no Legislativo

Tramitação das leis

Qualquer cidadão tem o direito de acompanhar a tramitação de proposições feitas pelos parlamentares, como os Projetos de Lei e as Propostas de Emenda à Constituição (PEC). O processo é muito simples e rápido: basta acessar o site da Câmara dos Deputados (www.camara.gov.br), escolher o tipo de proposição e digitar número e ano. Há ainda a opção de acompanhar a tramitação através do correio eletrônico. Caso o processo esteja tramitando no Senado, o procedimento é o mesmo, através do site www.senado.gov.br

PEC 52/2011

Para acompanhar a PEC que exige a obrigatoriedade de apresentação do Programa de Metas e Prioridades para os governos federal, estadual e municipal, é preciso digitar o número 52 e o ano 2011 no site da Câmara dos Deputados.

Como participar do Programa Cidades Sustentáveis

Há diversas formas de atuar no Programa Cidades Sustentáveis. Aqui estão elencadas algumas delas:

- 1 Acompanhar o Programa nas redes sociais, boletim de notícias e meios de comunicação (www.cidadessustentaveis.org.br).
- 2 Apresentar propostas de aprimoramento, sugestões para o banco de boas práticas e indicações para a biblioteca virtual.
- 3 Propor parcerias para articular e mobilizar interessados a partir da criação de um grupo de trabalho (GT Cidades Sustentáveis) para discutir a sustentabilidade no município. O grupo pode ser criado por qualquer cidadão ou coletivo, funcionando de forma participativa, adaptado às condições locais, instalado em qualquer espaço comunitário.
- 4 Organizar debates e encontros sobre sustentabilidade urbana

no bairro, ambiente de trabalho, universidade, escola, igreja e espaços de participação cidadã, aproveitando as principais referências que o Programa Cidades Sustentáveis oferece.

- 5 Propor aos partidos políticos que os candidatos assinem a Carta Compromisso e estimular familiares, amigos e colegas de trabalho a valorizarem a iniciativa e votarem em candidatos comprometidos com o Programa a partir da campanha “Eu Voto Sustentável” (A campanha publicitária, desenvolvida pela Rede Nossa São Paulo, Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis e Instituto Ethos, pode ser reproduzida ou adaptada);
- 6 Estabelecer um canal de diálogo com o poder público local e utilizar as ferramentas do Programa Cidades Sustentáveis (Plataforma Cidades Sustentáveis, Indicadores básicos e gerais associados

aos eixos e Referências de Metas, Casos exemplares e referências nacionais e internacionais) para propor políticas que melhorem a qualidade de vida na cidade.

- 7 Acompanhar e monitorar a prestação de contas dos compromissos (com base nos indicadores da Plataforma e Referências de Metas) e propor políticas públicas a partir do diagnóstico apresentado pelos indicadores da cidade, com base nos casos de boas práticas apresentados na plataforma.
- 8 Estimular os vereadores a aprovar uma lei que obrigue a apresentação, por prefeitos, de um Plano de metas qualitativas e quantitativas para todas as áreas da administração pública.
- 9 Compartilhar e divulgar as ações desenvolvidas pelas organizações, associações e instituições que lutam por cidades mais justas, democráticas e sustentáveis.